

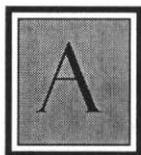
Urbanização colonial na América Latina: cidade planejada *versus* desleixo e caos

BETINA SCHÜRMAN*

Podría yo decirles con cuántos peldaños se levantan las calles como si fuesen escaleras, también el ángulo de curvatura de una arcada y qué tipo de láminas de zinc cubren los techos; pero yo sé ahora que esto equivaldría a decir nada. La ciudad no consiste en esto, sino que en su sistema de relaciones entre las dimensiones de su espacio y los acontecimientos de su pasado.

Italo Calvino: *Las ciudades invisibles*.

INTRODUÇÃO



A história urbana nasceu na América Latina na década de 1950, restrita à Argentina, ao Brasil e ao México, e, a partir daí, acadêmicos destes e de outros países desenvolveram uma polêmica sobre o traçado dos núcleos urbanos coloniais, sustentando que o desenho urbano das cidades da América Espanhola, obedecendo a uma legislação específica, foi regular, com o traçado geométrico em xadrez e, em contraposição, as suas congêneres da América Portuguesa se

* Bacharel em história (UnB, 1972) mestre em história urbana (USP, 1979) e doutora em sociologia (FLACSO/UnB, 1996). Professora da Universidade de Brasília, desenvolve duas linhas de pesquisa: história urbana colonial latino-americana e gestão democrática em governos locais. Publicou em 1998, pela Editora da UnB, o livro *Sindicalismo e Democracia. Os casos do Brasil e do Chile*.

caracterizavam pela falta de ordem, refletiam o caos e uma total ausência de planejamento. A respeito das cidades do Brasil Colônia, Smith (1956: 322 -323) afirmou:

As suas ruas, ironicamente chamadas direitas, eram tortas e cheias de altibaixos, as suas praças de ordinário, irregulares ... Desta sorte, em 1763, quando deixou de ser a capital do Brasil, era a Bahia (Salvador) uma cidade tão medieval quanto Lisboa na véspera das grandes reformas de Pombal. Nada inventaram os portugueses no planejamento de cidades em países novos. Ao contrário dos espanhóis, que eram instruídos por lei a executar um gradeado regular de ruas, que se entrecruzam em torno de uma praça central, os portugueses não mantinham regras, exceto a antiga de defesa através da altura.

Outras afirmações alimentaram o mito da cidade colonial portuguesa não planejada, observando que essas cidades cresceram desordenadamente em torno de igrejas, que geralmente se localizavam em áreas mais altas disponíveis (Mindlin, 1956:1), ou considerando que:

A cidade que os portugueses construíram na América não é um produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre este significativo abandono que exprime a palavra desleixo (Holanda, 1998:110).

Seguindo essa linha de pensamento, os brasilianistas afirmaram que as vilas e as cidades do Brasil Colonial foram fundadas “segundo, uma configuração realmente extravagante” (Morse, 1970:10), e eram recriações das cidades medievais portuguesas com suas ruas tortuosas e seus bairros congestionados (Smith, 1953: 349). Ao lado da desqualificação das vilas e das cidades das colônias portuguesas, “tornou-se axiomático o elogio das cidades da América Espanhola, com suas ruas admiravelmente traçadas em cruz, chamando a atenção para a legislação urbana que orientou o planejamento destas aglomerações urbanas” (Delson, 1997:1)¹.

Elaborando uma comparação entre o planejamento português e o de

outras nações européias, Silveira (1956: 12) concorda com este ponto de vista e ainda elogia a opção dos portugueses pelo traçado irregular:

As cidades levantadas por franceses, ingleses, holandeses e belgas no Ultramar obedecem, na maioria dos casos, aos sistemas em xadrez, radiocêntricos e lineares, com domínio do sistema retangular... no que francamente se opõem às nossas. Esta afirmação indica uma regra geral que tem evidentemente exceções, mas muito raras: Damão, Vila Bela, por exemplo, dispuseram de traçados em xadrez... A relutância do urbanismo português em adotar estes sistemas geométricos regulares não me parece... simples arcaísmo, mas o resultado de longa e metódica experiência de criação natural das cidades... A cidade orgânica portuguesa, com as suas características medievais, tende para a *cidade perfeita*, aquela em que cada um dos elementos exerce função natural, sobrepondo-se, assim, às de plantas em xadrez ou traçados lineares longitudinais que, freqüentemente, manifestam incompreensão da cidade como ser vivo, funcional e intelectualmente ativo.

O equívoco desse trabalho é tentar provar o predomínio do traçado irregular nas cidades fundadas pelos portugueses, com plantas das cidades de Mindelo (1838), Benguela (1874) e Moçâmedes (1888), na África Ocidental, todas do século XIX. É possível chegar-se a uma conclusão contrária com as plantas de Iguatemi e Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), no Brasil, e de Baçaim e Damão, nas Índias, ambas de 1595, que demonstram o compromisso dos portugueses com o planejamento, pois, com exceção do castelo-fortaleza, construído no interior da praça maior, ambas têm um traçado urbano em xadrez.

Para Santos, (1968: 38-39) a diferença entre o urbanismo espanhol e o português está na legislação: os espanhóis possuíam um código administrativo para ser observado pelos povoadores, enquanto os portugueses se limitavam às Ordenanças do Reino, que cuidavam mais da arquitetura e menos da fundação de cidades. Entretanto, o autor revela uma posição conciliadora e ambígua; de um lado, também elogia o traçado irregular e medieval das cidades portuguesas na América, ao mesmo tempo que considera o traçado em xadrez das cidades espanholas de extrema *secura* e monotonia.

E de outro, ao se referir às cidades brasileiras, afirma que os preceitos das Cartas Régias que tratavam da fundação de vilas e cidades acabaram por se constituir um corpo de doutrina, aplicado desde o século XVII em cidades como Salvador, Rio de Janeiro e São Luís do Maranhão.

O primeiro a questionar o mito da ausência de planejamento e a irregularidade nas cidades portuguesas no Brasil foi Reis Filho, quando, em sua defesa de livre docência, com aquiescência do próprio Sérgio Buarque de Holanda, um dos membros da banca examinadora, considerou esta perspectiva reducionista, pois não resistia aos exemplos empíricos, que demonstravam um ambicioso programa de urbanização por parte de Portugal em suas colônias, comprovado nas Índias e no Brasil Colônia (Bueno, 1996: 2).

O fato de o Brasil ter sido submetido, na década de 1530, a uma política colonial, assentada no latifúndio, na produção de açúcar para o mercado europeu e no trabalho escravo, organizou a colônia como uma imensa retaguarda rural para os mercados europeus, resultando em um dinamismo centrado no campo. Essa política gerou uma certa atividade urbanizadora, mas o planejamento se restringiu apenas às cidades reais, localizadas no litoral e controladas pela metrópole, que se encarregava do envio de investimentos, de engenheiros militares e de arquitetos. As vilas mais modestas, “sem planos, sem diretrizes específicas, nada tinham da disciplina e da ordem formal das cidades hispano-americanas” (Reis Filho, 1987: 355-360).

Esse cenário começa a ser alterado na segunda metade do século XVII com a queda do preço do açúcar, que provocou as primeiras divergências entre os colonos e a Coroa Portuguesa, que promoveu uma reestruturação administrativa com o propósito de centralizar o poder, dinamizar a vida urbana colonial e proteger as fronteiras com a América Espanhola. No entanto, os resultados dessa reestruturação só aparecerão no século seguinte (1750-1777), com o programa de fundação de novas vilas e remodelação das existentes, parte importante da estratégia de controle espacial de Pombal para o Brasil. O objetivo básico dessa política – a ampliação, a centralização e o controle do poder real – concretizou-se com a penetração até as fronteiras de guerra com o mundo hispânico, onde Portugal levantou

vilas com um traçado regular, “em conformidade com o código de construção estabelecido no começo do século”, com praças planejadas e bem traçadas, ruas retas com fachadas uniformes” para que fossem modelos do pensamento ordenado e racional do absolutismo ilustrado (Delson, 1997: 50).

1. REDE URBANA NA AMÉRICA ESPANHOLA. SÉCULOS XVI -XVII

O processo de exploração, conquista e colonização da América Espanhola, entre 1492 a 1567, foi empreendido em duas etapas: na primeira (1492 -1519), com um caráter móvel e marítimo, os exploradores ocuparam e percorreram as ilhas do Caribe e a costa norte do continente sul-americano. A segunda etapa, a conquista, caracterizou-se pela ocupação do litoral e do interior, seguida de um ímpeto sem precedentes na fundação de núcleos urbanos. Em 1567, data da fundação de Santiago de León, atual Caracas, a América Espanhola já possuía uma rede urbana que, basicamente, permanece até os dias de hoje, com mais de duas centenas de cidades distribuídas por todo o seu território.

Colombo, em sua primeira viagem, chegou até a América Central, a uma ilha que chamou *La Española*, em dezembro de 1492, percorreu mais de 300 quilômetros da costa desta ilha e, com intenções de construir um sítio com caráter permanente, fundou o povoado La Isabela, em janeiro de 1494. Las Casas (1965: 363) comenta que Colombo repartiu os solares de La Isabela e ordenou suas ruas e praças. No entanto, esse assentamento não teve um traçado regular, pois seu “conjunto não obedeceu à nenhuma disposição de ruas cruzadas retangularmente e seus edifícios estavam dispersos e orientados segundo eixos diferentes” (Hardoy, 1987a: 82).

Nicolas de Ovando, nomeado *Gobernador y Justicia Suprema de las Indias*, em 1501, trasladou os habitantes de La Isabela para Santo Domingo, fundada em 1502, provocando a decadência e o esvaziamento de La Isabela. E, no interior da ilha, fundou onze vilas, cinco localizadas no território do atual Haiti e seis no de São Domingos. As viagens de Sebastian Ocampo resultaram na exploração da ilha de Cuba e na fundação de sete

núcleos, existentes até os dias de hoje: *La Habana* (1510), *Baracoa* (1511) *Bayamo* (1513), *Santiago de Cuba* (1514), *Sancti Spiriti* (1515), *Camaguey* (1515) e *Puerto Príncipe* (1515). Ponce de Leon e Diego de Velasquez percorreram a ilha de Porto Rico onde fundaram três povoados, os *cacicazgos* de *Caparra* (1508), *Higuey* (1511) e *San Germán* (1512); Juan de Esquivel conquistou a ilha de Jamaica e fundou, entre 1500-1510, as vilas de *Nueva Sevilla*, *Oristan* e *Melila*.

As fundações desse período resumiram-se a um forte ou a um centro de troca e tiveram uma ocupação provisória, com a finalidade de servir de ponto de partida para as expedições de conquista. Geralmente localizadas em portos naturais ou em áreas de *cacicazgos* e próximas a explorações de ouro, resultaram na destruição do sistema de produção indígena e de seus produtores (Hardoy, 1989: 9).

Nombre de Dios (1510), o primeiro assentamento do continente sul-americano, localizado em um porto da costa norte do Panamá, desapareceu com a fundação, no mesmo ano, de Santa Maria la Antigua del Darien, o primeiro núcleo a ostentar o título de cidade, embora com total dependência de Santo Domingo, que se transformou no maior centro urbano da colônia, entre 1511 e 1519, por concentrar o comércio e a maioria da população. A fundação de *Panamá la Vieja* (1519), escolhida por seu clima privilegiado e pela madeira abundante, significou também o despovoamento de Santo Domingo.

As escavações realizadas na década de 1950 demonstraram que *Nombre de Dios* e Santa Maria la Antigua não possuíram um traçado regular. O plano de Antonelli para as fortificações de *Panamá la Vieja* mostra um traçado em forma de fortaleza protegida por muralhas e uma certa regularidade das edificações, dispostas em algumas ruas retas mas sem adotar o desenho da quadrícula (Hardoy, 1987b: 220-224).

Cabe ressaltar que este fenômeno, fundação de vilas seguida de despovoamento, foi uma constante no século XVI e significou também os pontos de partida para as expedições de conquista: *Nueva Cádiz* (1523), fundada na costa norte da Venezuela, com a função de centro de comércio de pérolas e de escravos, não passou de um casario disperso, ocupado e abandonado até o seu desaparecimento definitivo, quando foi substituída pela

ilha *Margarita*, o novo centro do comércio de pérolas e de abastecimento alimentício da ilha de Cuba. Panamá La Vieja, ponto inicial da conquista e ocupação da América Central e do Sul, perdeu a importância após a fundação de Cuzco, que se transformou no núcleo hegemônico e no ponto de partida para a conquista da Bolívia, do Chile e da Argentina. A fundação de Lima (1535) e o dinamismo urbano da Cidade do México provocaram a perda da hegemonia de Cuzco e contribuíam também para o despovoamento de *Panamá, La Vieja*.

Hardoy (1989: 32-34) enumera as principais causas do abandono dos assentamentos espanhóis no século XVI: a primeira foi a hostilidade da população indígena, decorrente dos maus tratos recebidos por parte dos conquistadores, mediante a captura e a venda dos índios como escravos, e do trabalho compulsório que resultou no aniquilamento de sua cultura e de sua forma de vida. A segunda causa foram os desastres naturais – terremotos, erupções de vulcões ou inundações. Algumas cidades foram vítimas das duas causas: Santiago de los Cabaleros de Guatemala, fundada em 1504, foi deslocada e refundada inúmeras vezes, em decorrência de ataques indígenas, e definitivamente transferida para outro local, em 1562, quando um terremoto destruiu todas as suas edificações. No reino do Chile, as erupções vulcânicas mesclaram-se com a resistência dos índios *mapuches* ou *araucanos*, despovoando dezenas de cidades e produzindo o exemplo mais grave de desurbanização do século XVII: Vila Rica, Osorno e Castro, cidades fundadas no século XVI, figuravam como despovoadas no século seguinte.

A escolha inadequada do sítio foi a terceira causa. Na história das fundações espanholas são incontáveis os exemplos de assentamentos fundados apressadamente e abandonados, pelas dificuldades de acesso ao porto e à praia, por se encontrarem em sítios pantanosos, alagadiços, insalubres e sem fontes de abastecimento. Não podemos esquecer de que todas essas causas contribuíram também para as altas taxas de mortalidade, não só dos indígenas como também dos espanhóis.

A estratégia aplicada de imediato pelos espanhóis foi a ocupação das capitais indígenas e o domínio ou a cooptação de seus chefes, a fim de garantir o abastecimento e a mão-de-obra para a exploração dos metais

preciosos: México –Tenochitlán, Cuzco, Quito, Piura, Riobamba, Cuenca, Tunja, Monpox e Oropesa (atual Cochabamba) foram cidades espanholas assentadas em cima ou ao lado das indígenas. Embora tenham-se apoiado nos assentamentos indígenas, os espanhóis introduziram uma dimensão espacial diferente das antigas culturas urbanas pré-colombianas, evidenciando que a influência indígena não influenciou o traçado da cidade e se manifestou apenas na localização (Hardoy, 1987b: 215-221).

Esses assentamentos urbanos construídos sobre ou ao lado dos *pueblos de indios* ou de *cacicazgos* constituíram uma espada de dois gumes para os espanhóis: de um lado, a presença do indígena era essencial para a sobrevivência das fundações e, de outro, essa presença foi, em maior ou menor grau, a responsável pela destruição e o posterior abandono dos núcleos urbanos.

Nesse cenário de instabilidade, precariedade e abandono, os centros mais povoados foram em primeiro lugar, as cidades mineiras, seguidas das portuárias e, por último, as administrativas. O ouro e a prata já eram conhecidos pelos espanhóis desde as suas primeiras viagens de exploração; entretanto, tratavam-se de veios que se esgotaram rapidamente, e nenhum dos centros mineiros foi explorado, de forma organizada, na primeira metade do século XVI².

A partir da segunda metade desse século a mineração foi uma das principais razões dos movimentos de população e da fundação de núcleos urbanos até finais do século XVII, quando a crise da mão-de-obra e a baixa tecnologia das minas deram os primeiros sinais de esgotamento. O dinamismo urbano, atestado pelo crescimento demográfico das cidades de Potosí, Oruro, Castrovirreina e Huancavélica, foi provocado pelas migrações compulsórias da população indígena, sujeita ao trabalho forçado imposto pela *mita*, e pelas migrações voluntárias de artesãos independentes, os índios *plateros*, além daquelas que envolviam o comércio e a indústria: sapateiros, carpinteiros, pedreiros e comerciantes. San Luíz de Potosí transformou-se na cidade mais povoada da Metrópole Espanhola, em 1646, quando chegou a ter 160 mil habitantes, quando Sevilha, na Espanha, não possuía mais de dezoito mil (Gutierrez, 1983: 23).

Os assentamentos mineiros, por estarem localizados em terrenos mon-

tanhosos, não adotaram um traçado regular e influíram no surgimento de centros administrativos e agrícolas; o dinamismo de Potosí, na Audiência de Charcas, provocou a fundação de La Plata, atual Sucre, um dos mais importantes centros administrativos, religiosos e universitários da Colônia espanhola. La Rioja, Jujuy, Salta e Córdoba, no noroeste da Argentina, e Oropesa (atual Cochabamba), na Bolívia, serviram de centros de abastecimento para a população das minas de Potosí.

As cidades portuárias originaram-se de portos naturais; o crescimento demográfico de Panamá, Callao, Guayaquil, Cartagena de Las Indias e La Serena transformou alguns desses portos em cidades mais dinâmicas do que as próprias capitais regionais até o século XIX: Guayaquil, Cartagena de Las Indias e Valparaíso apresentaram taxas de crescimento demográfico superiores às de Quito, Santa Fé de Bogotá e Santiago do Chile. Os núcleos portuários apresentaram uma certa regularidade no traçado mas, como mostra a figura 1, não adquiriram a forma da quadrícula; suas ruas não eram rigidamente paralelas, os quarteirões foram de diferentes tamanhos, e a localização da *Plaza Mayor* era próxima ao porto, como demonstração do poderio espanhol, e não no meio da malha urbana. No entanto, há exceções: Buenos Aires é um exemplo de cidade portuária que localizou sua praça principal próxima ao porto, mas obedeceu ao desenho do *damero*.



Figura 1: Plano de Santo Domingo (1799) em Morris, 1984: 348.

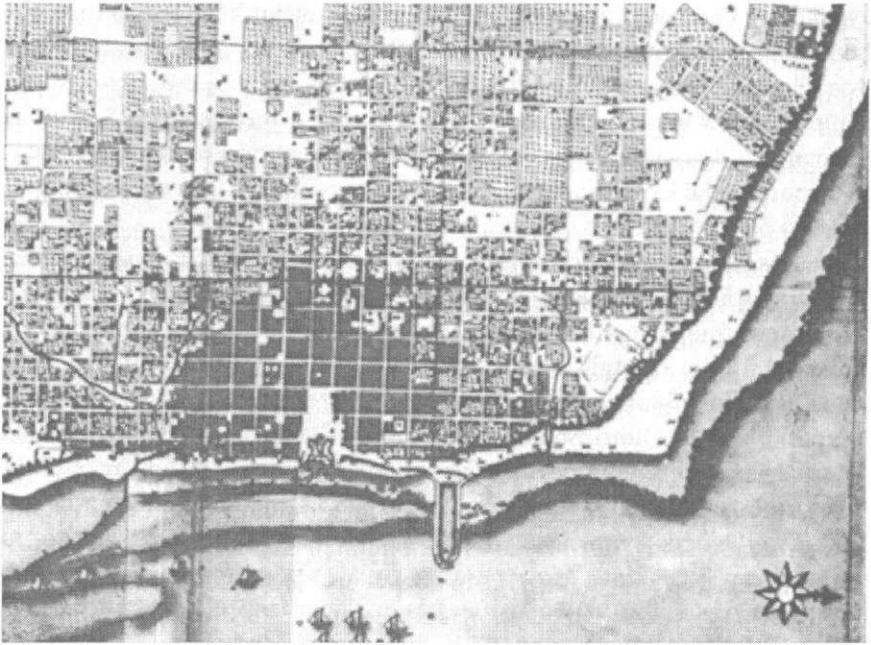


Figura 2: Plano de Buenos Aires (1708) em Hardoy, 1991: 268.

As capitais administrativas obedeceram ao traçado da quadrícula; o espaço das praças era invariavelmente definido antes de sua fundação, e todos os seus lados deveriam ter igual importância; contudo o ponto focal, onde era construída a igreja, acabou por transformar este no lado mais importante. Apesar do aumento demográfico em algumas delas, a verdade é que o crescimento da grande maioria foi extremamente lento e incerto, não sendo raro o caso de cidades que decresceram em número absoluto. Por volta de 1630, as maiores cidades administrativas eram México com 15 mil *vecinos* e Lima, com 9.500 *vecinos*³. Em segundo lugar Quito, com três mil, seguida de Bogotá (dois mil), La Plata (mil), Santiago do Chile (quinhentos), La Paz e Buenos Aires (duzentos), (Hardoy, 1987b: 251).

2. REFUNDAÇÃO URBANA E FRONTEIRAS DE GUERRA: REDE URBANA DO SÉCULO XVIII

A rede urbana espanhola, fundada no século XVI, permaneceu praticamente inalterada durante o século seguinte: de um lado, foram fundadas centenas de cidades, mas poucas cresceram e saíram da situação de *pueblos* e, de outro, imensas regiões permaneceram habitadas por indígenas, não colonizadas pelos espanhóis ou foram apossadas pelos ingleses, franceses e holandeses⁴.

Para reverter os desequilíbrios regionais e os conflitos de fronteira nos espaços despovoados, a Espanha promoveu, na segunda metade do século XVIII, uma reforma administrativa. Além dos vice-reinos já existentes (do Peru e de Nova Espanha), acrescentou mais dois novos; o Vice Reino de Granada (1740) e do Rio da Prata (1776), com capitais em Bogotá e Buenos Aires, criando a Capitania Geral da Venezuela (1777) e inúmeras *audiencias*. Em seguida, desenvolveu uma eficaz geopolítica espacial, a partir de uma dupla estratégia: a primeira consistiu na ocupação dos espaços despovoados, com a construção de centenas de fortalezas, chamadas presídios, acompanhando as linhas de fronteiras de guerra, com o objetivo de proteção e defesa contra os ataques dos indígenas ou das potências estrangeiras. A segunda estratégia visava ao fortalecimento dos espaços ocupados e compreendeu um extenso programa de refundação urbana, que se concretizou na transferência, fortificação, remodelação e modernização dos velhos núcleos urbanos do século XVI e na fundação de novas cidades (Solano, 1989: 42).

Para a aplicação da primeira estratégia foram construídos na fronteira norte, entre o México e as treze colônias inglesas, quinze presídios, dispostos em uma distância de quinze léguas, do golfo da Califórnia ao Texas. Estes se localizavam em locais elevados e protegidos por muralhas, às vezes com baluartes, obedecendo ao traçado retangular ou quadrado da engenharia militar da época. Em virtude da instabilidade das linhas de fronteira, o material de construção foi a madeira, permitindo o seu rápido deslocamento ou destruição quando, muitas vezes, foram incendiados, após a derrota em conflitos de fronteira, para evitar o uso de suas instalações no caso

de estes presídios se localizarem em zonas urbanas decadentes ou abandonadas.

As linhas divisórias entre o território português e o espanhol demoraram para ser definidas e, inúmeras vezes, os portugueses desrespeitaram as definições diplomáticas do Tratado de Tordesilhas (1494) e penetraram no território espanhol. Na zona centro-oeste, os espanhóis, acreditando serem os Andes e a floresta amazônica uma proteção natural, descuidaram da proteção dos presídios, o que permitiu a bem-sucedida penetração portuguesa nessa região. Na região sul os portugueses alcançaram o território ocupado pelos povos evangelizados das missões dos jesuítas. Em resposta a essa agressiva política de penetração portuguesa e pela necessidade de defender Buenos Aires dos ingleses, a Espanha construiu na fronteira sul uma rede contínua de presídios, nos mesmos moldes dos existentes no norte do México. A cidade de Colônia do Sacramento, fundada pelos portugueses em 1680, na margem oriental do rio da Plata, foi o símbolo dos conflitos de fronteira, que só foram solucionados com os Tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1757), quando a colônia passou a pertencer definitivamente ao Uruguai (Solano, *op. cit.*: 51).

A segunda estratégia, de refundação urbana, foi implementada do Caribe à Patagônia chilena e compreendeu primeiro a fortificação do sistema dos antigos núcleos urbanos, com a construção de novos castelos, fortalezas, muralhas e fortins e, ao mesmo tempo, a modernização e a remodelação dos castelos existentes⁵. Segundo, a fundação ou a transferência de novas cidades como Porto Belo e Guatemala, no Reino da Guatemala, esta última parcialmente destruída por um terremoto e reconstruída em outro local com o desenho da quadrícula.

Os resultados desse programa foram bastante diferenciados; a tentativa de povoar a Patagônia chilena, com famílias das ilhas Canárias, fracassou totalmente e os colonos foram transferidos para o Paraguai, onde se dedicaram à criação de gado, até hoje a principal riqueza da região. Nesse país o sucesso também foi relativo, pois, apesar dos esforços, a paisagem do Paraguai continuou e permaneceu rural até o século XX.

A experiência mais bem sucedida foi a chilena; a habilidade dos administradores, a flexibilidade do Conselho das Índias e, principalmente, a

coragem das Juntas de Poblaciones, encarregadas de organizar a tarefa de urbanização, conseguiram reverter o mais grave processo de regressão urbana de toda a colônia espanhola, possibilitando que o Chile alcançasse, no final do século XVIII, uma dinâmica urbana inexistente no resto da América Espanhola (Solano, 1987: 275-280).

Muitos presídios-fortalezas, construídos nas linhas da fronteira sul, transformaram-se em cidades; Santiago de Montevidéu, fundada em 1721, estimulou a fundação de uma rede de vilas dispostas na forma de dois anéis, para proteção contra os portugueses: o primeiro resultou em Las Piedras, Guadalupe, Concepción, Las Minas, Florida e San Juan Bautista, (hoje Santa Lucia) e o segundo, na fronteira com os atuais estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, formado pelos núcleos de San Carlos de Batovi, Belén e Nuestra Señora de los Remedios de Rocha, (hoje Rocha).

Na realização desse projeto participou, em menor grau, a Coroa Espanhola, e principalmente, os habitantes da colônia, ordens religiosas, representantes dos vice - reinos, *audiencias* e *cabildos* e a população em geral: brancos, *criollos*, mulatos, pardos, mestiços e indígenas, nativos e emigrados da Espanha e ilhas Canárias. No final do período colonial, podemos destacar importantes mudanças urbanas e espaciais, como a consolidação de uma rede urbana com cidades cosmopolitas, acompanhando e copiando as suas congêneres européias e a homogeneização dos quarteirões da cidade, que perderam o seu eterno aspecto inacabado, decorrente do contraste entre as poucas edificações monumentais – igrejas, conventos, mosteiros e poucos palácios – e a grande maioria de casas modestas. Na cidade barroca e ilustrada, as torres das catedrais e as edificações públicas destacavam-se na trama das cidades coloniais da América, constituindo, para a população, referências que perduraram por mais de quatro séculos. Nos centros urbanos contemporâneos, a verticalização de meados do século XX destruiu essas referências, fazendo também com que se perdesse, para a população, a clareza da leitura da cidade.

Vale notar também que as melhorias urbanas nas cidades coloniais – esgoto e iluminação pública – atingiram apenas a cidade constituída, aquela que possuía o traçado geométrico. Nas periferias, foram acrescentados bairros marginais, auto-construídos por seus habitantes, com edificações

precárias e espaços carentes de equipamentos urbanos, onde se mesclavam a miséria e a periculosidade, fomentando as *revueltas callejeras*, reprimidas com a criação das primeiras milícias urbanas (Solano, 1987: 267).

Apesar de os dados não serem muito confiáveis, as cidades mais populosas, no final do século XVIII, eram Havana e Potosí, que já apresentava um acentuado declínio demográfico como todos os centros mineiros. Em seguida, estavam as quatro capitais dos vice reinos: entre 1786 e 1789 a Cidade do México tinha uma população estimada em 113 mil habitantes, Lima devia ter “sessenta mil almas”, Bogotá e Buenos Aires apresentavam ambas uma população entre vinte e trinta mil habitantes. Outras cidades populosas foram Guanajuato, centro mineiro de 32 mil habitantes, Guatemala com 23.500 e Cuzco cuja população, após perder o seu dinamismo em favor de Lima, não passava de 26 mil. No início do século XIX, época que marcou também o fim do período colonial o crescimento demográfico atinge a região antes marginal de Buenos Aires, que dobrou a sua população para 42.052 habitantes, e Santiago do Chile, que tinha quinhentos *vecinos*, no início do século XVII, e atingiu quarenta mil habitantes (Hardoy, 1989: 221).

3. VILAS E CIDADES PORTUGUESAS NO BRASIL. SÉCULOS XVI–XVII

Após a chegada de Cabral à Bahia (1500), não houve, por parte dos descobridores, intenção de ocupar o território; durante as três primeiras décadas, os portugueses percorreram a costa brasileira com o objetivo de defender a posse da terra e, eventualmente, fundaram modestas feitorias, simples entrepostos de troca, principalmente do pau-brasil, madeira para tinturaria bastante cotada nos mercados europeus. Cabo Frio, fundada por Vespúcio em 1504, foi o primeiro assentamento português na América. Seguem-se, na costa nordeste, as feitorias de Igarapé e Conceição de Itamaracá, em Pernambuco, e Santa Cruz, na Bahia. Há referências a uma feitoria na Bahia, pertencente à Diogo Álvares, o Caramuru, e, na costa sul, às pertencentes a João Ramalho, Antônio Rodrigues e o “Bacharel de Cananéia”. No porto de Patos em Santa Catarina, há notícias de uma

feitoria fundada por Henrique Montes. A ausência do domínio português ao norte de Igarauçu e ao sul de Itanhaém certamente possibilitou a ocupação dos espaços despovoados pelos franceses⁶.

Praticamente nada se sabe sobre o aspecto físico dessas feitorias, o número das edificações construídas ou de seus habitantes. Algumas tiveram sua existência questionada, outras desapareceram logo após a sua fundação; as notícias sobre a Praça Forte do Rio de Janeiro, fundada por João Braga, só foram confirmadas pelos vestígios deste assentamento, encontrados por Fernão de Magalhães, em sua viagem pela costa sul em 1519. Suas edificações resumiam-se a muralhas rústicas de troncos, protegendo uma casa-forte, ao redor da qual se distribuíam habitações dispersas, não passando de “acampamentos de ocasião, pontos frágeis e móveis, que pouco diferiam das tabas dos indígenas, locais sem vida cristã e nenhuma vida social e política” (Melo Franco, 1944: 30).

Com o objetivo de se contrapor à ameaça da concorrência francesa na costa brasileira, a metrópole portuguesa iniciou, na década de 1530, a montagem da colonização, nos moldes de sua experiência nas ilhas do Atlântico – Madeira e Açores. A colônia foi dividida em quinze capitânias hereditárias (1534-1549), faixas de terra doadas a fidalgos da metrópole, que se estabeleceram em latifúndios na costa brasileira, desenvolveram a exploração da cana-de-açúcar utilizando, no início, a mão-de-obra indígena e, a partir da segunda metade do século XVI, os escravos africanos.

Nos quinze anos de duração das capitânias foram fundadas várias vilas, distribuídas no território dos poucos donatários que vieram ou não ao Brasil: Igarauçu (1536), na capitania de Pernambuco, onde residiu por algum tempo seu donatário Duarte Pereira Coelho, e Olinda (1537), situada “em um alto com uma torre de pedra e cal” (Santos, 1956: 74), ao lado do Recife, que, naquela época, não passava de uma aldeia de pescadores que servia também de armazém para proteger o açúcar antes de seu desembarque para a Europa. Na capitania da Bahia, Pero do Campo Tourinho fundou, em 1535, as vilas de Porto Seguro, Santa Cruz e Santo Amaro, esta última destruída pelos indígenas e abandonada. No sul da Bahia, o donatário Francisco Pereira Coutinho fundou Vila Velha (1530), na baía de Todos os Santos, e São Jorge de Ilhéus (1536). No atual Estado do Espírito Santo, o

donatário Vasco Fernandes Coutinho fundou a vila do Espírito Santo, atual Vila Velha, em virtude da transferência do povoado para outro local, onde foi construída a Vila de Nossa Senhora da Vitória (1551), atual capital do estado. Na antiga capitania de São Tomé (litoral fluminense), Pero de Gois fundou a vila Nossa Senhora da Rainha, mas há dúvidas sobre sua existência. E na capitania de São Vicente, Martim Afonso de Souza, um donatário que nunca veio ao Brasil, segundo Hardoy, (1991: 376), ordenou as fundações de São Vicente (1532), Santos (1545), no lado oposto da ilha de São Vicente, e São Paulo de Piratininga (1554), atual São Paulo, a única vila fundada no interior.

A carta de Tomé de Souza para o rei de Portugal, de 1553, em Santos (1968: 75-76), relatando as melhorias feitas nas vilas, durante o primeiro Governo Geral, fornece as pistas sobre o aspecto físico dessas primeiras fundações: não passaram de povoados dispersos e não cercados, o que deve ter facilitado o ataque dos índios e seu posterior abandono. Seu traçado urbano não teve nenhum planejamento, suas ruas e casas eram desalinhas e não existiram também as clássicas edificações administrativas portuguesas, como a casa de câmara e cadeia, mas, provavelmente, os colonos devem ter construído uma pequena capela de taipa.

O fracasso das capitanias hereditárias, causado pela ausência da maioria dos donatários, pelo insucesso de outros que investiram aqui suas fortunas e pelos contínuos ataques dos franceses, fez com que Pero de Gois, em uma carta para o rei de Portugal alertasse: “Se Vossa Alteza não socorre estas capitanias e a costa do Brasil... ainda que nós percamos as vidas e as fazendas, Vossa Alteza perderá a terra”. A resposta da metrópole foi iniciar, a partir do ano seguinte, uma reformulação administrativa com a criação do Governo Geral, nomeando Tomé de Souza o seu primeiro governador.

Esse período foi marcado por intensas atividades urbanizadoras: para a sede do primeiro Governo Geral, foi construída a cidade de Salvador (1549), ao norte de Vila Velha, antigo povoado irregular, fundado por Pereira Coutinho, que contrasta com o traçado regular do novo núcleo. A figura 3 mostra que Salvador se desenvolveu com um traçado da quadrícula com duas praças – do Palácio e dos Jesuítas, atual Terreiro de Jesus.

Após a expulsão dos franceses da França Antártica, na costa sul, foi fundada São Sebastião do Rio de Janeiro (1565), que também cresceu de forma ordenada, obedecendo ao traçado da quadrícula, com ruas largas e paralelas e dez quarteirões quadrados, como pode ser visto na figura 4. Atestando o sistema defensivo, ambas as cidades foram amuralhadas, na parte da terra, onde também foram construídas várias fortalezas, distribuídas estrategicamente extramuros.

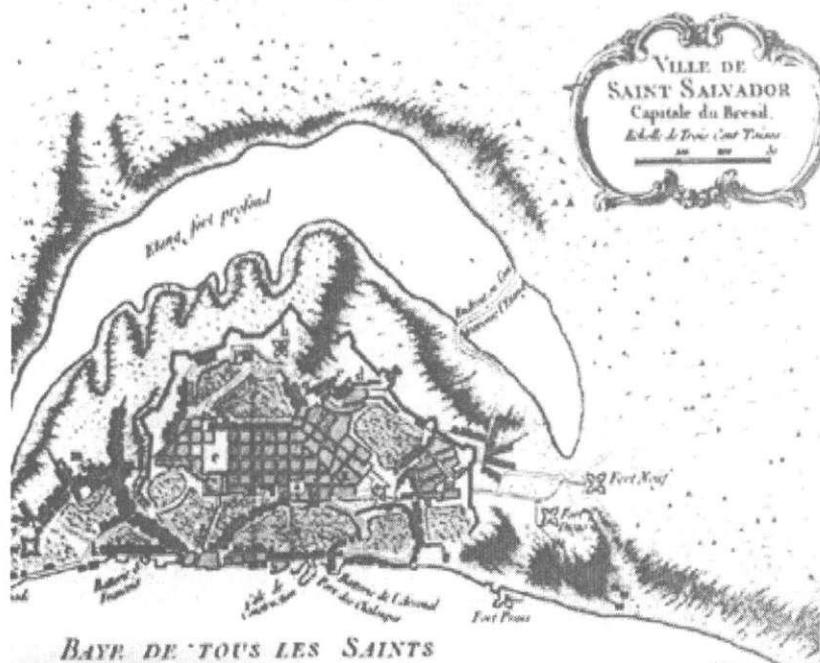


Figura 3: Plano de Salvador (1714), em Hardoy, 1991: 408.



Figura 4: Plano do Rio de Janeiro (1711), em Hardoy, 1991: 410.

Na região sul surgiram algumas vilas: Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém (1561), São João Batista de Cananéia (1587) e São Cristóvão (1590). No século XVII Cabo Frio, a primeira feitoria do Brasil, foi elevada à categoria de cidade, em 1615, e os portugueses avançaram além de Cananéia, ponto extremo do litoral sul, fundando a vila portuária de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, em 1649, Colônia do Sacramento (1680), e Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (atual Curitiba), em 1693. Esse programa fundacional estendeu-se também pela costa norte, onde surgiram, ainda no século XVI, Filipéia de Nossa Senhora das Neves (1580), atual João Pessoa, e Natal (1599), ao lado do Forte dos Reis Magos. No

século XVII foram fundadas duas cidades importantes: São Luiz (1612), conquistada pelos franceses e Nossa Senhora de Belém (1616), ponto estratégico na foz do rio Amazonas. Na margem oposta do Amazonas, região infestada de ingleses, franceses e holandeses, os portugueses construíram a fortaleza de Camaú, local onde surgirá a vila planejada de São José do Macapá (1751), no Amapá.

Com exceção de Felipéia, que ganhou dos holandeses um traçado regular, essas vilas estão representadas na cartografia do século XVII por alguns fortes, em planta quadrada com bastiões e fosso e, no interior, uma ou duas ruas com uma igreja e uma fileira de casas. O século XVI foi marcado por uma urbanização lenta e incipiente, cujos resultados foram duas cidades e quatorze vilas dispersas e distribuídas por seu extenso litoral e sob constantes ameaças dos franceses. No final da ocupação espanhola (1580-1624), o ritmo da urbanização e o crescimento demográfico foram modestos: Salvador, a cidade mais populosa, tinha quatro mil habitantes brancos e 1.500 escravos, seguida por Recife, com três mil; Rio de Janeiro e Olinda possuíam uma população de dois mil habitantes brancos, a metade da população de Salvador. São Paulo aparece em último lugar com pouco mais de mil habitantes. No final do século XVII essa ordem modifica-se; entre os cinco assentamentos urbanos mais populosos, Salvador continua liderando, quando dobra a sua população, alcançando dez mil habitantes, o Rio de Janeiro, como nova capital da colônia, apresenta um ritmo de urbanização espantoso, alcançando um número semelhante a Salvador. Recife continua como a terceira cidade e seu crescimento demográfico altera-se pouco, com apenas quatro mil habitantes. São Paulo, a quarta cidade, foi a que mais cresceu, quando alcançou uma população estimada em quatro mil habitantes (Hardoy, 1991: 378).

Cabe lembrar que o século XVII foi marcado pela ocupação das terras da Coroa Portuguesa e Espanhola pelas potências estrangeiras, originando conflitos que se acirraram no período em que Portugal esteve unido à Espanha, quando os portugueses passaram de aliados à adversários dos holandeses, em decorrência dos conflitos entre os Países Baixos e a Espanha (Reis Filho, 1990: 522). Em consequência, os holandeses atacaram sistematicamente as colônias portuguesas da África e da América, ocuparam

efetivamente a costa leste brasileira, fundaram a cidade de Recife, apossaram-se de inúmeras vilas, como Filipéia e Natal, e das cidades do Rio de Janeiro, até 1565; Salvador, durante alguns meses do ano de 1624, e São Luís do Maranhão.

Com o término das guerras, os holandeses foram expulsos, porém sua partida provocou a perda do monopólio português do açúcar, além da interrupção do tráfico de escravos africanos para os engenhos do nordeste. Portugal recuperou sua independência e as vilas e as cidades da colônia brasileira, mas era um país arruinado, com sua marinha destruída e grande parte de seu Império Ultramarino destruído, restando apenas algumas posses na África e o Brasil (Prado, 1967: 49). A partir da década de 1690, Portugal dedicou toda a sua atenção ao Brasil, implementando uma reestruturação administrativa, com o objetivo básico de recuperar o controle econômico, do território e da população, mediante a fundação de assentamentos urbanos planejados e a regularização dos assentamentos espontâneos.

4. PLANEJAMENTO DE POMBAL PARA AS CIDADES PORTUGUESAS NO BRASIL

Com o objetivo de implantar a ordem e a autoridade portuguesa em todo o território e, especialmente, nas fronteiras de guerra com o mundo hispânico, as vilas e cidades do Brasil foram submetidas a modificações rigorosas em seu traçado urbano e arquitetônico.

Essa política iniciou-se no interior do nordeste, direcionou-se para as linhas de fronteira com o território espanhol, da região Amazônica às fronteiras do extremo sul e terminou no litoral com o novo sistema de fortificação dirigido por Massé. Foram aplicadas regras de alinhamento e foi previsto um traçado urbano ordenado para vilas e cidades no qual a praça era demarcada em primeiro lugar, com previsão da localização da igreja, do pelourinho, da casa da câmara e cadeia e de outras edificações públicas. Os lotes individuais concedidos para a construção de residências privadas, deveriam ser alinhados e obedecer ao mesmo feitiço externo. Muitas vezes foi incorporado o papel econômico das novas vilas, como no Amazonas, quando os administradores recomendaram o comércio e a exportação das

plantas medicinais produzidas na região (Delson, 1997: 51-53).

Os arraiais da mineração, que proliferaram desordenadamente em zonas montanhosas, sem nenhuma preocupação com a regularidade, na segunda metade do século XVIII, foram também atingidos por esse programa. Entretanto, nem todos os povoados puderam ser remodelados; não puderam ser cumpridas as determinações da câmara local de Ouro Preto, de alinhamento das casas e das ruas que desembocassem na praça principal, pois a topografia impossibilitou essas obras. Mariana, localizada em terreno mais plano foi o único núcleo das Gerais onde as diretrizes da reforma pombalina puderam ser aplicadas.

O povoamento das vilas e das cidades localizadas na fronteira centro-oeste, nas terras de Goiás e de Mato Grosso, tem sua história ligada à descoberta do ouro e aos conflitos entre Portugal e Espanha pela disputa das chamadas fronteiras de guerra. Os passos deste programa foram os seguintes: a) transferência e submissão das aldeias indígenas; b) remodelação e reordenações dos núcleos existentes; c) projeto e construção de novos núcleos e fortalezas. A aplicação desse projeto resultou em dois tipos de assentamentos: os totalmente irregulares, que vão adquirir uma regularidade total – caso de Cuiabá – ou parcial, como Vila Boa de Goiás, cuja reestruturação abarcou apenas uma parcela do espaço; e os núcleos planejados obedecendo estritamente às disposições e regulamentações, cujo exemplo paradigmático foi Vila Bela da Santíssima Trindade.

Bom Jesus de Cuiabá, antigo arraial de mineração, não passava de um aglomerado desordenado, às margens do rio Coxipó, com uma precária igreja de taipa com teto de palha, quando ganhou o título de vila, em 1727, e foi planejada a sua remodelação, pelo capitão-geral Luís de Albuquerque Melo e Cáceres, governador da capitania de Mato Grosso. Os altos custos da reforma inviabilizaram o projeto de regularização, mas a importância estratégica do local – era o único núcleo urbano português na fronteira centro-oeste com a colônia espanhola – fez com que Cáceres executasse o projeto sem modificar a configuração irregular do povoado construído pelos bandeirantes. Na década de 1750, a Câmara Municipal de Cuiabá solicitou do Conselho Ultramarino que o antigo núcleo fosse utilizado para a agricultura, exigindo que a população fosse transferida para outro local,

em área previamente alinhada, subdividida em lotes e “com ruas retas... como prova de que a autoridade e a ordem finalmente fossem implantadas”. A devolução das terras para o poder público assegurou também um orçamento fixo para a câmara executar as melhorias urbanas necessárias (Delson, 1997: 31 e 54).

Vila Boa de Goiás está ligada aos planos para a fundação de uma nova capital para a capitania de Goiás. O responsável pelo projeto foi Luís de Mascarenhas, governador dessa capitania, que acrescentou mais uma praça além do largo já existente de forma triangular, que deveria ser o novo centro do poder com a construção do pelourinho e da Casa de Câmara e Cadeia. Entretanto, Mascarenhas seguiu as ordens referentes às construções arquitetônicas, mas foi negligente na cobrança do cumprimento do padrão reticular no traçado das ruas, só alcançado em uma segunda reestruturação urbana, executada na década de 1770, que acrescentou um espaço reticulado, optando pela permanência do núcleo primitivo irregular (Coelho, 1997: 161-170).

Vila Bela da Santíssima Trindade, localizada na extrema fronteira com o território espanhol, foi um dos núcleos urbanos brasileiros onde as novas regras foram aplicadas com maior fidelidade. Sua fundação, recomendada pelo Conselho Ultramarino de Lisboa para ser a capital da recém-fundada capitania de Mato Grosso, recebeu cuidados especiais; pelos Anais de Vila Bela, acompanhamos os passos de sua fundação: as razões geopolíticas que levaram a uma cuidadosa escolha do local, nas margens do rio Guaporé, extremo oeste da fronteira com o território espanhol, com o objetivo de vigiar as missões. A fundação, em 1752, e a demarcação da praça, em local elevado para se precaver das inundações do rio, um quadrado de 408 palmos (um palmo = 22 cm), onde desembocavam quatro ruas paralelas e retas. Os quarteirões ordenados em forma de retângulo, nem todos do mesmo tamanho, onde foram construídas as principais edificações, de frente para a praça; o lado norte foi reservado para a residência do capitão geral da capitania, Antônio Rolim de Moura, e, no lado sul, foi construído o quartel (Delson, 1997: 32 -35).

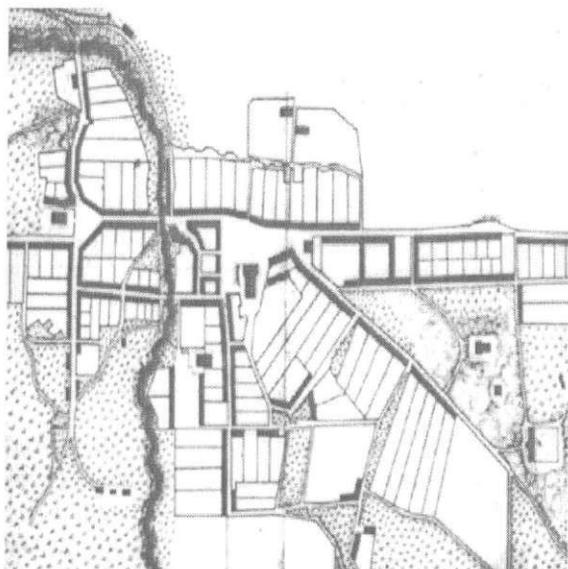


Figura 5: Planta de Vila Boa, Goiás (1782) em Delson, 1997: 33.

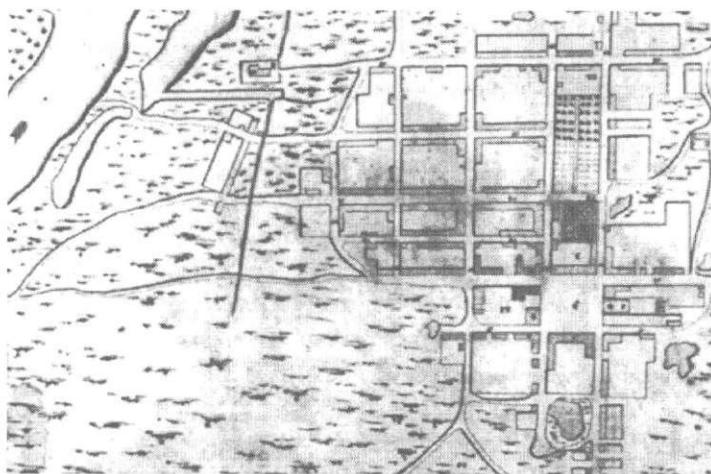


Figura 6: Planta de Vila Bela da Santíssima Trindade (1780) em Delson, 1997: 35.

O crescimento demográfico das cidades portuguesas no Brasil, entre 1800 e 1822, colocou o Rio de Janeiro como a cidade mais populosa, com sessenta mil habitantes, ultrapassando Salvador com uma população estimada em cinquenta mil habitantes. Em terceiro lugar estava Ouro Preto, cidade da mineração com trinta mil habitantes, seguida de Cuiabá, Belém e São Luís, cada uma com uma população por volta de dez mil habitantes. Outras cidades significativas foram Recife, Olinda, São Paulo, Mariana, São João del Rei e Porto Alegre (1808), a última cidade fundada no período colonial (Hardoy, 1991: 380).

5. REFLEXÕES COMPARATIVAS

Quando os conquistadores espanhóis e portugueses chegaram à América Latina, encontraram no território americano 32 milhões de habitantes, a maior parte concentrada nos 5% de sua área densamente povoada e urbanizada, as cidades do Império Inca e da Confederação Azteca. Os portugueses tomaram posse, ocuparam e colonizaram uma área rural, região onde os indígenas viviam em uma etapa agrícola.

Uma pesquisa nas plantas e nos mapas das cidades espanholas da América evidencia que, ainda no século XVI, a grande maioria adotou o traçado da quadrícula, institucionalizado em 1573, pelas *Ordenanzas de Descubrimiento y Población*. A data desses planos comprova também que a prática da quadrícula, ao contrário do que afirmam diversos autores, foi anterior às *Ordenanzas*. Entretanto, a quadrícula não foi o único traçado regular utilizado; algumas cidades adotaram formas regulares, embora nem sempre as suas ruas tenham sido rigidamente paralelas e seus quarteirões coincidiram em tamanho e forma. Neste caso se enquadram as cidades portuárias ou centros que perderam o traçado regular à medida que o núcleo se ampliou. Os assentamentos mineiros e os incontáveis *pueblos* indígenas foram núcleos espontâneos que permaneceram irregulares, embora alguns, no século XVIII, tivessem sofrido um processo de remodelação para regularizar a malha urbana dispersa.

Não foram encontrados planos ou mapas dos assentamentos urbanos portugueses no Brasil do século XVI; os primeiros planos datam do século

seguinte e contêm o desenho das principais cidades, Salvador, Rio de Janeiro, Olinda, Recife e São Luís⁷. Os planos comprovam que a América Portuguesa adotou um código de regularização em suas cidades, desde o século XVII, ampliando esse programa a partir do século seguinte, quando foi aplicada a política de Pombal, que remodelou inúmeras vilas, corrigiu os efeitos da malha desorganizada e planejou novas vilas com um traçado semelhante à quadrícula espanhola.

Uma análise comparativa dos processos de urbanização colonial português e espanhol na América evidencia que, ao contrário do que se repetiu durante décadas, a diferença mais importante não está no traçado de suas vilas e cidades; ambas produziram cidades espontâneas, que surgiram do nada e se desenvolveram dispersas, como também ambas tiveram cidades planejadas antes da fundação ou reformuladas posteriormente. A polêmica sobre a inexistência de planejamento nas vilas e nas cidades do Brasil deve ser revista: não se trata de cidades portuguesas desleixadas, caóticas ou medievais *versus* cidades espanholas planejadas, mas sim de uma diferença no dinamismo da economia colonial, o português centrado no campo e o espanhol na cidade.

Uma primeira diferença chama a atenção, o número de cidades: os conquistadores espanhóis, durante o período colonial até as guerras de Independência (1810-1824), fundaram mais de duas centenas de cidades na América, contrastando com as poucas cidades portuguesas no Brasil. Não conseguimos comprovar se esta diferença numérica foi influenciada pelo fato de os portugueses não terem encontrado na América indígenas no estágio urbano, o que impediu a utilização da cidade indígena como a realizada pelos espanhóis. Mas certamente o número reduzido de cidades no Brasil Colônia está relacionado com o dinamismo do sistema colonial português, direcionado para o campo, enquanto o espanhol, desde o século XVI, estava centrado basicamente na cidade. Para Holanda, (1998: 73), a verdadeira unidade de produção foi a grande propriedade rural e:

Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve a sua base fora dos meios urbanos... o que os portugueses instauraram no Brasil foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais. É efetivamente nas propriedades rústicas

que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação européia: as cidades são virtualmente, se não de fato, simples dependências delas.

A extração de metais preciosos para exportação na América Espanhola estimulou o desenvolvimento de uma economia urbana, onde o programa de fundação de cidades foi sua estratégia básica. A viabilização dessa economia gerou núcleos urbanos especializados em atividades comerciais, de exportação e inter-regionais, e industriais, com manufaturas de diversos ramos, da construção de navios nos portos de Guayaquil às *obrajes*, fábricas de tecidos que empregavam principalmente mulheres índias. A cidade ilustrada e barroca espanhola não só diversificou a sua produção material, mas transformou as suas cidades em importantes centros de produção cultural, nos quais a imprensa contribuiu para reforçar e consolidar o dinamismo urbano por meio de inúmeros jornais: as *Gacetas* do México e de Lima, o *Mercurio Peruano* de Lima, o *Mercurio Volante* do México, o *Telégrafo Mercantil*, de Buenos Aires e *Primícias de La Cultura*, em Quito.

A partir de 1535 já existiam gráficas em Buenos Aires e na cidade do México e, em finais do século XVI, são criadas oficinas gráficas em Lima, que resultaram na publicação de 251 livros. As cidades administrativas espanholas foram também centros universitários e algumas delas chegaram a possuir mais de uma universidade. Apesar do desaparecimento dos arquivos das universidades de Lima e Chuquisaca, o número dos estudantes diplomados em todas as universidades, no período colonial, é estimado em 150 mil. Apenas a Universidade do México, no século XVIII, diplomou 7.850 bacharéis e 473 doutores e licenciados. Nesse mesmo período, podemos comparar esse número com o de estudantes brasileiros graduados na Universidade de Coimbra (720), um número dez vezes menor (Holanda, *op. cit.*: 119-120).

Vale ressaltar outro fator que inibiu as atividades produtivas na colônia portuguesa. Trata-se das proibições do Reino que, temeroso de que a indústria colonial afetasse a concorrência de seu comércio, impediu o desenvolvimento de várias atividades produtivas: o ofício de ourives foi proi-

bido na capitania das Minas Gerais em 1759, quando todos os ourives foram expulsos dessa capitania; em 1785 foram extintas todas as manufaturas têxteis, com exceção daquelas especializadas em panos grosseiros de algodão para a vestimenta dos escravos; já existiam gráficas em todas as principais cidades da colônia espanhola, quando foi criada e fechada no mesmo ano de sua fundação a primeira oficina gráfica no Rio de Janeiro, mediante a Carta Régia de 5 de julho de 1747. O medo da concorrência não prejudicou apenas a indústria e os ofícios, mas estendeu-se às atividades rurais quando, no início do século XIX, Portugal proibiu a exportação de trigo, do Rio Grande do Sul para outras regiões do Brasil, impedindo também a própria plantação desse cereal.

NOTAS

¹ Outros autores que sustentaram o mito da cidade colonial brasileira não planejada foram Black Mc Kelvey (1973), *American urbanization. A comparative history*, Illinois, Scott, Foresman & Co; Nelson Omegna (1961), *A cidade colonial*, Rio de Janeiro, José Olímpio; Walter D. Harris (1971), *The growth of latin-american cities*, Ohio, University of Ohio; João Boltshauser (1968), *Noções de evolução urbana nas Américas*, Belo Horizonte, Faculdade de Arquitetura da UFMG (Delson, *op cit.*).

² Os assentamentos mineiros surgiram de acampamentos improvisados, os *reales de minas*, fundados pelos espanhóis, com um caráter permanente e ligado exclusivamente à exploração da prata. Outro tipo de assentamento mineiro foram os *placers de las minas* que, muitas vezes, se localizavam em *pueblos* indígenas, tiveram uma vida efêmera e nem sempre se dedicaram exclusivamente à prata.

³ O cálculo do número da população, feito pela contagem dos *vecinos*, não reflete o número real dos habitantes, mas significava apenas o espanhol que recebe a doação de lotes urbanos, excluindo as espanholas, os índios, os mestiços e os escravos.

⁴ O século XVII foi marcado pela ocupação das terras da Coroa Portuguesa e da Espanhola pelas potências estrangeiras: Aruba e Curaçau foram ocupadas pela Dinamarca e Holanda, que também se apossou de grande parte do litoral do Brasil. Jamaica, Barbados, San Cristobal e Ilhas Virgens foram ocupadas pela Inglaterra, que atacou também as cidades de La Habana (1762) e Buenos Ayres (1804); o Haiti, Martinica, Guadalupe, San Martin e Granada pertenceram à França, que ocupou, durante décadas, a costa do Brasil e foi também a responsável pela primeira fundação de São Luís do Maranhão.

⁵ Diferente dos presídios de fronteira, os castelos foram fortalezas mais sofisticadas; seu

planejamento e construção estavam sob responsabilidade dos engenheiros militares, que utilizaram os mais modernos conhecimentos de engenharia naval da época.

⁶ Essas feitorias nada tiveram da sofisticação das feitorias portuguesas das Índias, verdadeiras praças-fortes, protegidas por muralhas de pedra com torres e baluartes, possuindo edificações em seu interior com condições de abrigar toda a população (inclusive extramuros) dos ataques. Enfim, eram construções de acordo com a tecnologia militar que, desde o século XV, se aplicava nos núcleos urbanos de Portugal.

⁷ O traçado de Recife, por pertencer ao urbanismo holandês, e o de São Luís, ao francês, não serão analisados neste artigo.

BIBLIOGRAFIA

BENEVOLO, Leonardo. (1983) *História da cidade*, São Paulo, Editora Perspectiva.

BUENO, Beatriz P. Siqueira. (1996). "Cidades e colonização espanhola e portuguesa: particularidades, semelhanças e diferenças". IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Rio de Janeiro, mimeo.

COELHO, Gustavo Neiva. (1997). "A formação do espaço urbano nas vilas do ouro: o caso de Vila Boa". Dissertação de mestrado. Goiânia, Universidade Federal de Goiás.

DELSON, Roberta Marx. (1997). *Novas vilas para o Brasil Colônia*. Brasília, Edições Alva.

GUTIERREZ, Ramon (1983). *Arquitectura y urbanismo en Iberoamérica*. Madri, Ediciones Cátedra.

HARDOY, Jorge. (1987a). "Evolución de la legislación urbana para Hispanoamérica durante el siglo XVI". Em Gabriel Alomar (org.), *De Teotihuacán a Brasília*. Madri, Instituto de Estudios de Administración Local.

_____. (1987b). "Urbanismo colonial en America del Sur. Siglo XVI. Em Gabriel Alomar (org.), *De Teotihuacán a Brasília*. Madri, Instituto de Estudios de Administración Local.

_____. (1989). "Localización y causas de abandono de las ciudades hispanoamericanas durante las primeras décadas del Siglo XVI". Em Jorge Hardoy e Richard

Morse (compiladores), *Nuevas perspectivas en los estudios sobre história urbana latinoamericana*. Buenos Aires, GED.

_____. (1991). *Cartografia urbana colonial de America Latina y el Caribe*. Buenos Aires, Instituto Internacional de Medio Ambiente/Grupo Editor Latinoamericano.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (1998). *Raízes do Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras.

LAS CASAS, Frei Bartolomé de. (1965). *Historia de las Indias*. México, Fondo de Cultura Económica.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. (1944). "Desenvolvimento da civilização material no Brasil". Em Revista SPHAN, nº 11, Rio de Janeiro, SPHAN.

MINDLIN, Henrique. (1956). *Modern architecture in Brazil*. New York, Reinhold Publishing Co.

MORRIS, A. E. S. (1984). *Historia de la forma urbana desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial*, colección *Arquitectura/Perspecivas*, Barcelona, Gustavo Gili.

MORSE, Richard. (1970). *Formação História de São Paulo: de comunidade à metrópole*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.

PRADO, Caio. (1967). *História econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense.

REIS FILHO, Nestor Goulart. (1990). "La ciudad barroca". Em, Cerrillos M.L.(org.), *História urbana Iberoamericana*, Madri, Testimónio.

_____. (1968). *Evolução urbana do Brasil. (1500- 1720)*. São Paulo, Pioneira.

_____. (1987). "Urbanização em Brasil". Em, Gabriel Alomar (org), *De Teotihuacán a Brasília*, Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local.

SANTOS, Paulo. (1968). *Formação de cidades no Brasil Colonia*. V Congresso Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Coimbra.

SILVEIRA, Luís. (1956). *Ensaio de iconografia das cidades portuguesas do Ultramar*, Ministério do Ultramar, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.

SMITH, Robert. (1955). "Urbanismo colonial no Brasil". II Colóquio de Estudos Luso Brasileiros, São Paulo, mimeo.

_____. (1953). *Baroque architecture in Portugal and Brazil*. Londres, Oxford University Press.

_____. (1956). "Colonial towns of Spanish and Portuguese America". Em.

Journal of the Society of Architectural Historians, nº 4, Londres.

SOLANO, Francisco de. (1987). "La ciudad iberoamericana durante el siglo XVIII". Em Gabriel Alomar (org.), *De Teotihuacán a Brasília*. Madri, Instituto de Estudios de Administración Local.

_____. (1989). "Ciudad y geoestrategia española en América". Em Jorge Hardoy e Richard Morse (compiladores), *Nuevas perspectivas en los estudios sobre historia urbana latinoamericana*. Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano.

RESUMO

Com um enfoque comparativo, esse artigo analisa a urbanização colonial da América Latina realizada pela Espanha e Portugal, acompanhando a localização, a fundação e o traçado de suas vilas, povoados e cidades com o objetivo de verificar se o traçado urbano desses assentamentos coloniais constitui a diferença mais importante entre as cidades espanholas e as portuguesas na América. De acordo com a autora, a urbanização incipiente do Brasil Colônia está intimamente ligada ao fato de o seu dinamismo estar localizado no campo, da mesma forma que o ímpeto fundacional da América Espanhola decorre de seu dinamismo ser basicamente urbano.

[PALAVRAS CHAVES: urbanização colonial, Brasil Colônia, América portuguesa, América espanhola.]

ABSTRACT

This article focalises, comparatively, the colonial urbanization in Latin America realized by the spanish and portuguese metropolis, following the localization, foundation and the design of their vilas and cities, in order to verify wheter the urban design of these settlements would be the most signifying difference between the spanish and portuguese cities. According the author, the incipient urbanization in Brazil is caused by the consolidation of a land dynamics, when in Spanish America is basically a city dynamics.

[KEYWORDS: colonial urbanization, Brazil colonial, Portuguese America, Spanish America.]